

Empoderamento para o desenvolvimento social comunitário mediante tecnologias intelectuais digitais

Maria Giovanna Guedes Farias, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Aida Varela Varela, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Isa Maria Freire, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Resumo: No contexto da sociedade da informação e do conhecimento, para que o desenvolvimento social de uma comunidade urbana ocorra, entende-se como necessário o empoderamento das tecnologias intelectuais por parte dos seus integrantes, em um processo que vai além do acesso e uso dessas tecnologias. Empoderar-se significa apropriar-se visando o desenvolvimento de uma consciência coletiva. Nessa perspectiva, apresenta-se pesquisa de doutorado em Ciência da Informação, que tem como campo de estudo a Comunidade Santa Clara, localizada na cidade de João Pessoa, Brasil, onde desde 2011 estão sendo implantadas diversas ações de informação em prol dos moradores, objetivando que os mesmos se tornem protagonistas de suas próprias vidas. Os pressupostos metodológicos têm como base a abordagem qualitativa, com uso da pesquisa participante e da técnica de análise de conteúdo para tratamento dos dados coletados durante os eventos promovidos na comunidade, tendo como suporte as tecnologias intelectuais digitais mediadas por um profissional da informação. Ao final, espera-se que as ações de informação e de empoderamento para o desenvolvimento comunitário se transformem em ações de socialização para esses sujeitos, de modo que possam caminhar em direção a se reconhecerem como responsáveis por suas próprias atitudes e, também, pela existência e condições de vida da comunidade.

Palavras-chave: empoderamento, tecnologias intelectuais digitais, desenvolvimento social

Abstract: In the context of the information society and knowledge, the social development of a urban community needs the empowerment of intellectual technologies by its members, in a process that goes beyond the access and use of this technologies. Empowerment means appropriating with a view to developing a collective consciousness. From this perspective, it is presented a Ph.D research in Information Science, whose field of study is the Community of Santa Clara, located in the city of João Pessoa, Brazil, where since 2011 are being implemented various actions support of information social development of their subjects, in order that they can become the protagonists of their own lives. The methodological assumptions are based on a qualitative approach, with the use of participatory research. The technique of the content analysis will be used to process the data collected during the events organized in the community. The research will be supported by means of intellectual digital technologies and an information operator will make the mediation in this process. Finally, it is expected that the actions of information and empowerment for community development, become actions of socialization for the subjects, so that they can move toward themselves as responsible not only for their own attitudes, but also by existence and living conditions of the community.

Keywords: Empowerment, Intellectual Digital Technologies, Social Development

Introdução

As tecnologias intelectuais digitais permitem o acesso, uso e compartilhamento de informações em qualquer lugar e a qualquer momento, possibilitando uma interação do homem com a máquina nunca antes vista, o que pode levar ao empoderamento da informação e ao desenvolvimento social comunitário, dependendo da forma como essas tecnologias são utilizadas. Elas podem ainda aumentar o potencial de inteligência coletiva dos grupos, como explica Lévy (2007), pois favorecem novos estilos de raciocínio e conhecimento ao exteriorizar e modificar numerosas funções cognitivas humanas.

No contexto desta pesquisa de doutorado em andamento, trabalha-se com o entendimento de que as tecnologias intelectuais permitem que o ser humano atue sobre a informação, utilizando-a



para o crescimento social e econômico de si mesmo e do seu grupo. Nesse caso, pode-se dizer, com base em Werthein (2000), que essas tecnologias têm alta penetrabilidade social, o que pode ser verificado no campo de pesquisa, Comunidade Santa Clara (CSC)¹, quando os moradores demonstram que utilizam a informação digital/virtual em diversas atividades humanas individuais e coletivas em busca de benefícios. Isso pode ser constatado, ao analisar as necessidades informacionais demonstradas pelos moradores da Santa Clara, ao solicitarem um curso que trate do acesso e uso da informação em ambiente virtual.

A decisão de atender a esta solicitação da Comunidade, surgiu da reflexão de que o pesquisador não deveria entrar no campo de pesquisa com uma estrutura de pesquisa a ser imposta para os sujeitos pesquisados. É preciso ouvir e sentir a realidade e seus sujeitos, colocando em prática os pressupostos do paradigma social da Ciência da Informação (CI) a partir do pensamento de Hjørland e Albrechtsen, onde se atua **com e para** os sujeitos, em uma perspectiva de construção coletiva.

Para a realização deste curso firmou-se parceria com o Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI² do Departamento de Ciência da Informação da UFPB (DCI/UFPB), que é conduzido, segundo Freire (2013), por um projeto de pesquisa-ação que tem como objetivo promover ações de mediação da informação na *web*. Ele está sendo montado para ocorrer nos próximos meses, pois antes é preciso que o profissional da informação (mediador) que irá ministrá-lo possa dialogar com os moradores, a fim de entender o grau de compreensão que cada participante do curso tem a respeito da matéria a ser ensinada.

A participação do profissional da informação nesse momento da pesquisa é primordial, para que os moradores possam se apropriar do conhecimento transmitido e depois utilizá-lo nas atividades cotidianas. Espera-se também possibilitar a reflexão nesses sujeitos, para que eles percebam que podem por si só mudar suas realidades, mesmo que recebam constantemente mensagens da sociedade de cunho esmagador e excludente. (Freire, 2001). Deste modo, enfatiza-se que o profissional da informação participa efetivamente da construção do destino da humanidade, como esclarece Almeida Júnior (2008), pois ele tem a consciência de que interfere, de que se realiza como profissional na relação com o usuário, e de que a democracia da informação poderá se concretizar.

A democracia da informação ocorre de fato quando os sujeitos se tornam protagonistas, quando eles efetivamente se empoderam da informação de forma consciente, participando de todos os processos políticos e democráticos da sociedade da informação, agindo como verdadeiros cidadãos, saindo da categoria de figurante e desempenhando o papel de ator principal de práticas sociais, culturais e históricas, que lutam pelo coletivo a partir de bases éticas e morais. Destarte o protagonismo, conforme Farias, Varela e Freire (2013), tem relação conceitual com o sócio-interacionismo e com o paradigma social da CI ao deslocar seus atores para o papel principal, por revelar uma dimensão pessoal e ao mesmo tempo plural de convivência com o outro, com a comunidade a qual pertence, promovendo ações de diversos níveis, inclusive informacionais, e potencializado uma dinâmica social e cultural no seu contexto e na sociedade.

Para tanto, a dinamização ocorre por meio da intervenção, com a implantação de ações que podem ajudar o protagonista a se apropriar da informação em um movimento de produção de conhecimento e de cultura, e nessa relação os protagonistas tornam-se, como explicam Perrotti e Pieruccini (2007), simultaneamente sujeitos e objetos dos processos em que estão inseridos, produtores e criadores de significados, sentidos e práticas sociais.

Protagonistas capacitados, corajosos e decididos de saírem da sombra dos pensamentos de outrem, expressando seus desejos, suas ideias, valorizando seu saber proveniente do senso comum, participando de forma ativa do espaço público favorecem, de acordo com Luiz (2009), as práticas sociais desenvolvedoras de possibilidades emancipatórias, que contribuem para a construção de uma nova

¹ A Comunidade Santa Clara é uma comunidade urbana localizada nas proximidades da Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa, Brasil, com cerca de 1900 habitantes.

² O LTI estabeleceu uma parceria com nossa pesquisa de mestrado dando continuidade no doutorado, e se constitui em um projeto de pesquisa - ensino - extensão, com vistas ao desenvolvimento de ações que facilitem o acesso livre à informação científica e tecnológica, de modo a promover reflexões e propiciar competências em tecnologias intelectuais de produção, comunicação e uso dessa informação. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/lti/>>

cultura e de uma visão crítica do mundo, mas para isso é preciso lutar contra pensamentos arraigados e deslocados historicamente pela tutela dos que manipulam o conhecimento e o acesso a ele.

Nessa perspectiva, é relevante refletir a respeito do percurso da produção do conhecimento, para na sequência entender como ocorre o exercício da cidadania a partir do acesso e uso da informação, compreendendo ainda como se dá o empoderamento a partir de ações de informação pensadas para desenvolver competências nos moradores da Santa Clara, e dessa forma promover o desenvolvimento social comunitário, finalizando com a trajetória metodológica adotada nesta pesquisa em andamento e as possíveis conclusões.

Percurso da produção do conhecimento

Ao se pensar no acesso e na disseminação da informação e do conhecimento, um dos eventos mais marcantes na história ocidental e que serve de referência até os dias atuais foi a invenção da imprensa. Anterior a este fato, a necessidade de se registrar o conhecimento humano, as práticas cotidianas, o saber já propagado oralmente, surgiram os desenhos rupestres no interior das cavernas, a exemplo da caverna Altamira, localizada na Espanha, que conserva um dos conjuntos pictóricos mais relevantes da Pré-História.

A partir da invenção da imprensa, em torno de 1450, com tipos móveis na Alemanha, o saber começa a ser difundido e publicitado, o que até então era considerado como conhecimento privado ou secreto, um sinal de status, de poder, por parte do clero ou do estado, passa a ser conhecido por outros segmentos da sociedade através da imprensa, que facilitou a interação entre o conhecimento e os padronizou. Pode-se inferir que o legado da imprensa trouxe um debate do que seria o conhecimento público, a exemplo de Lutero defensor do compartilhamento do saber entre os leigos.

Três momentos foram fundamentais neste processo de evolução humana do conhecimento: a revolução científica, o renascimento e o iluminismo. Foi a partir da revolução científica, como lembra Carvalho (2002), que o crescimento intelectual do homem foi ampliado com o redimensionamento da produção do conhecimento, a partir do uso cada vez maior das técnicas de impressão. Nessa perspectiva, a idade média se caracteriza como relevante, pois nesse período surgiram as universidades, que tinham como principal característica uma filosofia medieval ocidental influenciada pelo pensamento religioso. Entretanto, durante o renascimento surgiu a necessidade da experimentação guiada pela era moderna, onde a questão central se pautava no método e na estrutura do conhecimento.

O iluminismo, por sua vez, valoriza, conforme Carvalho (2006: 3), “a ascensão do homem com a missão de transformar o mundo, contando com o apoio do poder real”. Segundo a autora, esta valorização influenciou a disseminação da informação e do conhecimento, e desta forma o periódico foi escolhido como um dos mais vigorosos meios de comunicação a serviço do conhecimento científico, uma vez que o projeto iluminista “desencadeia um processo incontrolável de crescimento da imprensa escrita importante para a história cultural do homem”.

Na contemporaneidade, o avanço científico “amplia o conhecimento sobre esses recursos e cria tecnologias cada vez mais sofisticadas”, e nesta perspectiva, “a informação é usada, absorvida, assimilada, manipulada, transformada, produzida e disseminada no mundo interconectado.” (Carvalho, 2006a: 1), fazendo com que o acesso ampliado e democratizado ao conhecimento humano provoque mudanças no fluxo informacional.

Dando continuidade a tríade da evolução humana do conhecimento, Bachelard (1996) divide o pensamento científico em três etapas históricas: o estado pré-científico; o estado científico e o novo espírito científico. O autor indica o estado que se torna um obstáculo a formação do espírito científico: o pré-científico, pois une em um objeto todos os conhecimentos, e esse objeto desempenha um papel sem se preocupar com a hierarquia dos papéis empíricos. Além disso, esse espírito pré-científico sempre revela a psicologia desse estímulo, que é o verdadeiro valor de convicção, sem nunca chegar sistematicamente à psicologia do controle objetivo. Uma das principais teses do livro de Bachelard (1996) é da supremacia do conhecimento abstrato e científico sobre o conhecimento primeiro e intuitivo, vinculado ao emocional.

No contexto da formação do espírito científico Bachelard (1996) ressalta que a tarefa mais difícil é substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico, dialetizar todas as variáveis experimentais, oferecer enfim à razão, razões para evoluir. Ele também ressalta que nada prejudicou tanto o progresso do conhecimento científico quanto a falsa doutrina do geral, que dominou de Aristóteles a Bacon, e que continua sendo para muitos uma doutrina fundamental do saber, pois a generalidade imobiliza o pensamento e o conhecimento geral é quase fatalmente conhecimento vago.

O autor trata da simples questão de perguntar, pois o homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente melhor questionar. Além disso, Bachelard (1996) trata sobre o papel do epistemólogo, que deve tomar os fatos como se fossem ideias, inserindo-as num sistema de pensamento. Ele aponta um obstáculo muito especial à formação do espírito científico: o obstáculo animista nas ciências físicas. Com a ideia de substância e com a ideia de vida, ambas entendidas de modo ingênuo, introduzem-se nas ciências físicas inúmeras valorizações que prejudicam os verdadeiros valores do pensamento científico.

Shigunov Neto e Teixeira (2006: 224) dividiram esse conhecimento humano em: os conhecimentos científicos (produzidos, hipoteticamente, para atender as necessidades da sociedade) e os conhecimentos técnicos ou tecnológicos (produzidos para atender as necessidades exclusivas da indústria e dos modos de produção). “A construção e o desenvolvimento dos conhecimentos científico e tecnológico implicam, necessariamente, em aquisição e troca de informações. Assim, a construção do conhecimento só é possível com a informação.”

A aquisição de conhecimento depende, segundo Burke (2003: 161), “não só da possibilidade de acesso a acervos de informação, mas também da inteligência, pressupostos e práticas individuais.” Nesse contexto, o conhecimento científico juntamente com a tecnologia tem possibilitado o desenvolvimento de dispositivos a serem utilizados visando o progresso em inúmeros campos de saber. De acordo com Morin (2005) é inegável as virtudes de verificação e de descoberta que o conhecimento científico proporciona em relação a todos os outros modos de conhecimento. No entanto, Morin alerta para a ambivalência, ou seja, a complexidade intrínseca que se encontra no cerne da ciência, por isso faz-se necessário refletir de forma complexa e promover uma proposta ética capaz de tratar a coexistência de opostos, por exemplo, as dualidades: ordem-desordem, objetividade-subjetividade, certeza-incerteza, separabilidade-inseparabilidade entre outras.

Visualizando as ambivalências criadas no rol da ciência e ao mesmo tempo seguindo as reflexões quanto aos progressos incitados pelo conhecimento científico, Morin (2005: 25) ressalta que o desenvolvimento disciplinar das ciências não traz unicamente as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, enclausuramento ou fragmentação do saber.

Para tratar da “superespecialização” apresenta-se Boaventura Santos (2003), o qual apregoa que na ciência moderna o conhecimento avança pela especialização e é tanto mais rigoroso quanto mais restrito for o objeto sobre o qual incide. Ainda conforme esse autor, no caso da ciência pós-moderna, ela procura reabilitar o senso comum, por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. Ela não segue um estilo unidimensional facilmente identificável: o seu estilo é uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida.

O exercício da cidadania a partir do acesso e uso da informação

Comumente reflete-se a respeito do que é necessário para que o indivíduo torne-se ou sinta-se um cidadão, por meio do exercício dos seus direitos e deveres garantidos na Constituição Brasileira. Há mais de uma década, essas reflexões vêm sendo aplicadas juntamente a dois processos, o acesso e uso da informação, que se tornam cada vez mais relevantes na estrutura da sociedade em que vivemos.

Cidadão é definido por Demo (2002) como um membro livre de uma sociedade, onde ele nasceu ou foi adotado. A sociedade tem uma natureza dinâmica originada pelo movimento dos cidadãos, por suas ações de cunho político, cultural, social e econômico. Segundo Demo (1995: 1), uma das conquistas mais importantes do fim do século XX foi o “reconhecimento de que a cidadania perfaz o componente mais fundamental do desenvolvimento.” Para o autor, o fator primordial para o progresso democrático possível é a cidadania, definida como “competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada.” Educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, e o processo emancipatório são componentes fundamentais para o processo de formação dessa competência. De acordo com ele, a eliminação da pobreza política é o maior desafio da cidadania, que ao não ser abolida, mantém os indivíduos distantes da tomada de consciência em que se encontram e longe de poderem entender como podem sair da marginalização a que foram impostos de forma dissimulada.

Podemos imaginar que nessa situação de não-cidadão, os sujeitos podem ir em busca de oportunidades, mas é preciso ter competência para isso, perceber e fazer oportunidade, como diz Demo (1995: 3) “fazer-se oportunidade”. Obviamente, não se pode dispensar “serviços públicos qualitativos, engajamentos de intelectuais orgânicos, entidades não-governamentais, nem mesmo assistência, mas nada disso substitui a emancipação.” É preciso sair da cultura do assistencialismo e da tutela, e ter condições de se constituir em um “sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto de desenvolvimento” e conduzir sua própria vida. Demo (1995: 134) alerta que como o indivíduo só sobrevive socialmente, a “competência autêntica é coletivamente organizada. A capacidade de associar-se representa, na verdade, o início da competência histórica prática, porque determina as condições concretas de inovação e intervenção.” Para entender melhor o que seria a cultura do assistencialismo e da tutela, Demo (1995: 06) explica o que é a cidadania assistida e a cidadania tutelada:

Cidadania assistida expressa forma mais amena de pobreza política, porque já permite a elaboração de um embrião da noção de direito, que é o direito à assistência, integrante de toda democracia. Entretanto, ao preferir assistência à emancipação, labora também na reprodução da pobreza política, à medida que, mantendo intocado o sistema produtivo e passando ao largo das relações de mercado, não se compromete com a necessária equalização de oportunidades. O atrelamento da população a um sistema de benefícios estatais é seu engodo principal. Maquia a marginalização social. Não se confronta com ela.

A definição de cidadania tutelada está ligada ao tipo de cidadania que a elite econômica e política suporta, e conforme Demo (1995:6), é aquela que se tem por dádiva ou concessão de cima:

Por conta da reprodução da pobreza política das maiorias, não ocorre suficiente consciência crítica e competência política para sacudir a tutela. A direita apela para o clientelismo e o paternalismo principalmente, com o objetivo de manter a população atrelada a seus projetos políticos e econômicos. O resultado típico da cidadania tutelada, na prática, é sua negação/repressão, é a reprodução indefinida da sempre mesma elite histórica.

Por isso, para o exercício da ‘plena’ cidadania alguns requisitos são fundamentais como explica Varela (2007: 66): “consciência crítica, raciocínio lógico, responsabilidade individual e coletiva, habilidades de tomar decisões e iniciativas, de aceitar e conviver com diferentes opiniões e pontos de vista, de criar alternativas de soluções.” A autora lembra que tudo isso, se resume em estar preparado para a autonomia, em buscar oportunidades de participação efetiva nos processos histórico-sociais da sociedade longe da alienação, da dependência, da cidadania assistida ou tutelada, refletindo sempre sobre a função do ser humano enquanto ser pensante e participante do coletivo. A cidadania é conquista individual apenas se se fundamentar no coletivo social.

Nessa perspectiva, de autonomia e emancipação, o acesso e uso da informação podem ajudar o cidadão a entender melhor a realidade e atuar ativa e criticamente na comunidade, se engajando em um processo para discutir questões de seu interesse e encontrando soluções para seus problemas (Tavares, 2011). A autora observa que as tendências de evolução crescente do sistema

informacional, bem como a valorização do conhecimento enquanto insumo no sistema econômico provoca significativas mudanças na organização social das comunidades.

O acesso à informação também é visto por Carvalho (1990: 2) como condição básica para o funcionamento de uma política democrática que favoreça os direitos do cidadão. Conforme a autora, conhecimento é poder, e o conhecimento produzido, “armazenado, organizado, fomenta, na sociedade, um tipo de poder não interessante ao poder político, pois passa pelas questões de relação entre o real e o irreal.” Por isso, o conhecimento está sempre sob o controle de uma classe dominante, o que provoca uma “entropia no acesso à informação, e os sistemas de informação e comunicação ocupam espaços imbuídos da responsabilidade de suprirem devidamente às necessidades para que se exerça a cidadania.” (Carvalho, 1990: 3). Dessa forma, ter acesso às fontes de informação se constitui no direito de se informar, de participar dos processos de comunicação em todas as esferas públicas, o que já está fazendo parte da consciência de muitas pessoas, que começam a reivindicar fortemente esse direito.

Trata-se de uma mudança que ocorre de forma lenta, mas constante, e que foi percebida por Foucault em 1979, quando ele afirma que os intelectuais descobriram que as massas não precisam deles para saber, pois elas sabem melhor do que eles e o dizem muito bem. Entretanto, há:

um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. (Foucault, 1979: 71)

O intelectual de que trata Foucault seria, nesta pesquisa, o profissional da informação, o mediador, que procura compreender e lutar contra o sistema e as formas de poder. Muitas vezes, elas surgem em uma técnica acompanhada de um programa de transformação social repleto de ideologias, como explica Ramonet (2004: 39). Por isso, segundo o autor, “não se pode ignorar que uma técnica nunca é neutra”. Dessa forma, reflete-se que no campo de pesquisa deve ser realizado um trabalho que tem como base a interação dialógica, que procura identificar as brechas de resistências culturais visando fortalecer o protagonismo social dos moradores da Comunidade, por intermédio do empoderamento.

Empoderamento para o desenvolvimento social comunitário

O empoderamento pode atuar na vida privada do indivíduo e contribuir ativamente para a construção da vida pública, influenciando-a através de processos participativos, como por exemplo, em audiências para votação de políticas públicas para uma cidade, bairro ou comunidade. O empoderamento é definido pela Unesco (2009) como um processo social e político, subproduto natural de acesso a informações precisas, justas e imparciais que representam uma pluralidade de opiniões, permitindo aos cidadãos adquirir controle sobre suas próprias vidas, trabalhar cooperativamente e orientar seus líderes. Os fluxos de informação devem estar em vários níveis e dimensões, com muitas conversas alimentando a consciência coletiva e enriquecendo a vida ativa da comunidade. Para Cappelletti e Martinelli (2010), o empoderamento se traduz em um conceito complexo e indica um processo utilizado para designar o conjunto de conhecimentos, aptidões e habilidades interpessoais que permitem a um sujeito individual ou coletivo, identificar metas e desenvolver estratégias para alcançá-las, promovendo ações efetivas para alcançar os objetivos ou desenvolvendo a capacidade de compreender a influência de suas ações sobre acontecimentos.

Para que o empoderamento ocorra na CSC, ações de informação estão sendo implantadas **para** e **com** os moradores, a exemplo de um curso de acesso e uso da informação em ambiente virtual, a fim de permitir intervenções na realidade do campo de pesquisa com as atividades de um mediador. Além disso, estas ações possibilitam ainda utilizar a informação como meio para o desenvolvimento

de competências. De acordo com Pinto *et al.* (2011) pode-se resumir as competências em dois tipos: as informáticas e as informacionais, a primeira seria um conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas que capacitam os indivíduos para o funcionamento das TIC, ou seja, para que servem e como utilizá-las para conseguir objetivos específicos.

Já as competências informacionais podem capacitar os indivíduos para localizar a informação de que necessitam avaliando sua idoneidade, a exemplo das informações sub-reptícias e das que nos invadem sem permissão. São essas competências que contribuem para a criticidade do sujeito aprendente, pois segundo Varela (2011), elas podem advir do ler, escrever, caracterizar, discutir, analisar, conceituar, buscar e justificar interfaces, influenciando operações mentais necessárias para elaborar, analisar e resolver problemas, conceber e realizar projetos, e tomar decisões. Ainda conforme essa autora considera-se ainda como competências fundamentais buscar e usar a informação, por envolver planejamento, conhecimento e definição de canais ou fontes de informações, potenciais estratégias e motivação para atingir objetivos.

Nesta perspectiva, considera-se indispensável o adequado manejo das TIC, principalmente quando essas são necessárias para implantar ações de informação que visam à promoção de competências em uma comunidade urbana, essas ações podem se constituir como mecanismo facilitador de uma transformação social, mas para isso precisam ser segundo Sirvent (1984: 39),

- a) direcionadas ao reconhecimento das necessidades de participação, de valorização cultural, do pensamento reflexivo, de criação e de recreação em torno dos fatos do fazer cotidiano; b) tender à classificação e modificação de representações sociais inibidoras de um reconhecimento coletivo das necessidades próprias e legítimas de todo o grupo social; c) gerar processos de aprendizagem dos recursos e instrumentos mentais, necessários para a busca criativa e elaboração comunitária de ações dirigidas à superação dos problemas da vida cotidiana.

Ser protagonista implica ser participante reflexivo, criativo e recreativo, valorizando a si e a seu grupo de pertinência. Por isso, foi preciso primeiramente fazer um diagnóstico para prever no contexto da Santa Clara as necessidades informacionais, e em seguida promover ações de informação direcionadas a gerar instrumentos mentais nos sujeitos da pesquisa, a fim de que estes possam refletir e atuar para o bem de si e dos seus semelhantes. Objetiva-se que a partir das capacitações promovidas junto aos moradores da CSC, eles possam ser capazes de atingir os pressupostos apontados por Sirvent (1984): serem emissores e receptores abertos aos circuitos de retroalimentação; selecionar a informação adequada para a tomada de decisões comunitárias; refletir sobre os fatos e as situações problemáticas da vida cotidiana; elaborar a alternativa mais adequada em relação ao diagnóstico da situação; planejar e executar estratégias e ações construtivas.

Além disso, tenciona-se que esses moradores sintam a necessidade de participar efetivamente das ações desenvolvidas em prol da Comunidade, tendo consciência e reconhecendo nessa participação uma das necessidades inerentes ao desenvolvimento pessoal equilibrado. Nesse contexto, o mediador também deve acompanhar esse mesmo desenvolvimento de competências intelectuais de informação e procurar adotar, durante a implantação das ações de informação, uma postura que se pautem em habilidades e competências ressaltadas por Flem (2004), como: reconhecer diferenças; utilizar linguagem clara e acessível; respeitar a comunidade; ter abertura para as diversas formas de organização; assumir uma visão sistêmica; dar atenção aos participantes e estimulá-los para continuação dos relatos; despertar o interesse nos assuntos abordados, sem emitir opiniões pessoais nem fazer juízos de valor; colaborar nas discussões dos participantes, contribuindo para a construção das soluções, sem apresentar uma solução acabada; procurar formular perguntas que permitam uma sequência de complexidade até chegar à definição esperada do tema questionado; ser permanentemente paciente nas suas explicações, buscando sempre saber se foi suficientemente claro em sua exposição; valorizar o conhecimento e a cultura local; ser pontual, e por fim, adaptar o programa de trabalho aos hábitos locais.

Além das características acima mencionadas, Varela (2007: 57), alerta que o “mediador da informação deverá levar em consideração os elementos presentes na transmissão do conteúdo informativo”, ou seja, ele deve observar as propriedades da comunicação, a fim de facilitar a

articulação das suas ideias e do seu saber, organizando seu repertório de acordo com os seus objetivos. “A forma de planeamento do conteúdo, assim como a metodologia de transmissão da informação são fatores que, entre outros, também influenciam a qualidade da decodificação por parte do receptor.”

O mediador ainda precisa compreender o que significa ‘apropriação consciente de conhecimentos’ para os sujeitos da pesquisa. Segundo Marteleto e Andalécio (2006: 08) “resulta em expressão cognitiva direcionada à capacidade de interpretação de significados dos universos vivenciais e simbólicos, e em uma produção de sentidos para a ação sobre a realidade.” Segundo os autores, os procedimentos de apropriação e compartilhamento de conhecimentos, e as mediações que produzem sentidos, podem implicar em ações de transformação social favorecendo a consciência de direitos que “concorreriam para a formação de uma *reserva simbólica* capaz de, em diferentes momentos, orientar os sentidos e ações de intervenção social”.

Trajectoria metodológica da pesquisa

Todo o caminhar dentro do campo de pesquisa está sendo conduzido pelos pressupostos metodológicos da abordagem qualitativa. A razão para essa escolha se deu, porque a pesquisa qualitativa não tenta aplicar conceitos pré-existentes, e os instrumentos e técnicas são elaborados a partir do que o pesquisador sente ao conhecer os sujeitos e a realidade que os cerca. Inferimos que isso faz parte de uma postura socialmente responsável, a qual a Ciência da Informação está cada vez mais em sintonia, uma área que procura entender as necessidades dos usuários/sujeitos e qual a relevância da informação em seu cotidiano, em sua vida. O método a ser utilizado envolve a participação, um elemento que determina, de acordo com Brandão (1983: 12), “um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir.”

A pesquisa participante foi escolhida como método, pois sua potencialidade está, de acordo com Fals Borda (1983: 60), no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. “Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo.” Para Le Boterf (1984: 52), a pesquisa participante procura “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.” Dessa forma, a seleção dos problemas a serem estudados não surge apenas da decisão dos pesquisadores, mas sim da população envolvida.

A investigação ocorre com auxílio da observação participante no acompanhamento da realidade da Santa Clara, fazendo uso do diário de campo. Segundo Franco (2005: 499), ao coletar os dados, registrá-los coletivamente, discuti-los e contextualizá-los, constrói-se saberes visando seu compartilhamento, num processo único, dialético, transformador dos participantes e das condições existenciais: “Um processo que deve produzir transformações de sentido, ressignificações ao que fazemos ou pensamos.”

A observação participante será empregada antes, durante e após os cursos, com a utilização do diário de campo para as anotações em relação ao que se observa no comportamento dos moradores da CSC. Além disso, dispomos de outros instrumentos como os formulários de prospecção e roteiros de entrevista, que servem para averiguar quais as competências que os participantes desses cursos possuíam antes e após o curso.

Para analisar os dados coletados durante todas as ações dentro do campo de pesquisa e também durante a observação participante, será utilizada a análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009), uma técnica que demonstra ser apropriada para pesquisas de cunho qualitativo e que objetivam um aprofundamento, uma “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”, como afirma Gomes (1994: 74). Ao analisar o material coletado, objetiva-se descobrir novas interpretações, que não estavam aparentes no momento da coleta, será uma ocasião para fazer com que as falas dialoguem entre si e com os personagens envolvidos neste processo de desnudamento dos conhecimentos por eles transmitidos.

As intepretações acima estão em consonância com os pensamentos de Bardin (2009: 11), já que esse autor entende a AC como um conjunto de instrumentos metodológicos em “constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ diversificados”. E por oscilar entre o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade, e por atrair o investigador pelo escondido, “o latente, o não aparente, o potencial de inédito [...], redito por qualquer mensagem.”

Uma das técnicas da análise de conteúdo mais antiga e na prática mais utilizada, de acordo com Bardin (2009: 199), é a análise por categorias. “Funciona por operação de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”, e são empregadas para se estabelecer classificações. Com base nisto, criamos categorias de análise para cada ação a ser implantada na Comunidade.

Ressalta-se que, nesse momento da pesquisa ocorre a montagem do curso que traz como temática o acesso e uso da informação em ambiente virtual direcionado para os moradores da Comunidade Santa Clara. Antes da aplicação, os participantes inscritos serão entrevistados com o objetivo de compreender o que eles sabem a respeito da temática, quais habilidades e competências possuem.

O formulário de prospecção servirá para traçar um perfil desses participantes, que segundo informações da líder comunitária da CSC, são integrantes da Associação de Moradores da Comunidade, que desejam se tornar disseminadoras do conhecimento que irão adquirir. Nessa perspectiva, o instrutor do curso, um profissional da informação com experiência na área que irá ministrar o conteúdo, está passando por um processo de compreensão do público a ser atendido e das brechas cognitivas que precisam ser preenchidas, no sentido, de procurar atender as necessidades dos moradores participantes do curso e de levar para eles informações utilitárias, provocando a construção de competências informacionais e tecnológicas.

Considerações finais

Tem sido observado, ao longo desta pesquisa na Comunidade Santa Clara, como as interações sociais se constituem em um espaço social, onde as ações de informação ocorrem em um movimento de reconstrução desse espaço físico. Visualizou-se ainda que é necessário propagar a seguinte ideia: quem é privado, por questões econômicas, sociais ou culturais, de ter acesso ao conhecimento, não pode se inibir e pensar que, em razão disso, deve se manter ‘fora’ da sociedade da informação. Ao contrário, quem se encontra nessa situação precisa refletir sobre sua condição e sobre o conhecimento empírico que detém, e ter consciência de que pode se desenvolver cognitivamente.

Todas as ações empreendidas na Comunidade, bem como os dados coletados na pesquisa participante, com os instrumentos de coletadas já mencionados irão compor um modelo de mediação da informação que começa a tomar forma e objetiva influenciar nesse processo de desenvolvimento cognitivo, por meio da promoção de competências em informação e da consciência de automodificabilidade. Esse modelo será construído ao final do trabalho de campo tendo como base as teorias do referencial teórico e as experiências na CSC, e espera-se que ele possa contribuir para mediar e ajudar os sujeitos a saírem desse processo de exclusão. Por isso, é fundamental identificar as barreiras na mediação e vencê-las pelos canais de comunicação, das fontes, das possibilidades, do poder de linguagem, da comunicação oral, identificando qual a linguagem usar na realidade social da comunidade, e quais os meios comunicacionais utilizados para melhorar as barreiras.

O desejo e o objetivo desta pesquisa é que os moradores se tornem protagonistas sociais, pois o sujeito deve ir além do uso da tecnologia. Nesse contexto, o profissional da informação/mediador deve provocar o sujeito para levá-lo a ultrapassar a tecnologia numa perspectiva filosófica e de operacionalização.

Nessa perspectiva, o protagonismo social tem papel fundamental e deve estar atrelado à oportunidade de possibilitar formas concretas, reais e legítimas de apropriação da informação, de empoderamento cultural e social. Não se tem controle ou poder sobre a informação, seja ela implícita ou explícita, mas pode-se desenvolver uma autoconsciência da relevância da informação

para a dinamização do protagonismo, baseado na premissa de que só a partir de ações dialógicas e conjuntas, e do entendimento de que não há autossuficiência em um trabalho dessa dimensão, que os sujeitos podem se tornar protagonistas.

Ao final desta pesquisa de doutorado espera-se que o modelo de mediação da informação, que está sendo construído a partir do trabalho na Comunidade Santa Clara, possa ser propagado para outras comunidades, como um exemplo efetivo da capacidade de fornecer formas reais e legítimas de empoderamento da informação e emancipação cultural e social na realidade e vida dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- Almeida Júnior, O. F. de. (2008). Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In M. Valentin (Org.), *Gestão da Informação e do Conhecimento* (pp. 41-54). São Paulo: Editora Polis.
- Bachelard, G. (1996). *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo. Edição e revista atualizada*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- Brandão, C. R. (1983). Pesquisar-Participar. In: C.R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante* (pp. 9-17). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Burke, P. (2003). *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Caappelletti, P.; Martinelli, M. (2010). *Animare la città. Percorsi di community building*. Trento, Itália: Erickson.
- Carvalho, K. M. C. C. de. (1990). Cidadania: direito à informação e à comunicação. *Revista Tempo Brasileiro*, 100, pp. 103-110.
- (2002). O Profissional da Informação: o humano multifacetado. *DataGramaZero*, 3(5).
- (2006). Admirável mundo da informação e do conhecimento: livro impresso em papel e livro eletrônico. *Biblios*, 7(24).
- Carvalho, K. M. C. C. de, Schwarzelmuller, A. F. (2006a). O humano e o tecnológico nas organizações: tecnologia multimídia: um novo instrumento de conhecimento. *Tempo Brasileiro*, 142, pp. 15-28.
- Demo, P. (2002). *Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social*. São Paulo: Atlas.
- (1995). *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas: Autores Associados.
- Fals Borda, O. (1983). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C.R. Brandão (Org.), *Pesquisa participante* (pp. 42-62). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Farias, M. G. G.; Varela, A. V.; Freire, I. M. (2013). Information Mediation for Social Inclusion in a Poor Urban Community in Brazil. *De Gruyter: Libri*, 63(3), pp. 179-189. DOI 10.1515/libri-2013-0014
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. São Paulo: Ed. Graal.
- Franco, M. A. S. (2005). Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, 31(3), pp. 483-502.
- Freire, I. M. (2001). *A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico* (Tese doutorado em Ciência da Informação). Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, Rio de Janeiro.
- (2013). *Projeto Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi*. João Pessoa: DCI: PPGCI: UFPB. Notas de trabalho.
- Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem). (2004). *Capacitação de lideranças comunitárias: uma experiência de gestão compartilhada para o combate à pobreza*. Salvador: Flem.
- Gomes, R. (1994). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M.C. de S. Minayo, *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (67-80), Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hjorland, B.; Albrechtesen, H. (1995). Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society of Information Science*, 46(6), pp. 400-425.
- Le Boterf, G. (1984). Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In C.R. Brandão, (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 51-81). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lévy, P. (2007). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Edições Loyola.
- Luiz, D. E. C. (2009). Capacitação e emancipação: uma relação possível. *Revista Textos & Contextos*, 8(1), pp. 68-88.

- Marteleteo, R. M.; Andalécio, M. L. (2006). Jovens e violência: construção de informações nos processos de mediação e apropriação do conhecimento. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 7, Marília. Anais ... São Paulo: Unesp.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Perrotti, E.; Pieruccini, I. (2007). Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In M.L.G. de Lara, A. Fujino, D.P. Noronha (Org.), *Informação e contemporaneidade: perspectivas* (pp. 47-96). Recife: Néctar.
- Pinto, M.; Uribe Tirado, A.; Gómez Díaz, R.; Cordón, J. A. (2011). La producción científica internacional sobre competencias informacionales e informáticas: tendencias e inter-relaciones. *Información, cultura y sociedad*, 25, pp. 29-62.
- Ramonet, I. (2004). A colonização do ciberespaço. *Diplô: cadernos*, 1, pp. 38-41.
- Santo, B. S. (2003). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- Shigunov Neto, A.; Teixeira, A. A. (2006). Sociedade do conhecimento e ciência administrativa: reflexões iniciais sobre a gestão do conhecimento e suas implicações organizacionais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 11(2), pp. 220 -232.
- Sirvent, M. T. (Org.) (1984). *Educação comunitária: a experiência do Espírito Santo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Tavares, R. B. (2011). *Comunicação da informação em comunidades que leva em conta letramento informacional e trabalho colaborativo para desenvolvimento de cidadania* Tese doutorado em Ciência de Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Unesco. (2009). *Freedom of Expression, Access to Information and Empowerment of People*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Varela, A. V. (2011). Estilos de aprendizagem e o ensino superior: potencializando a atitude científica. In: D. M. Vieira Barros (Org.), *Estilos de Aprendizagem na Atualidade* (pp. 1-17). Lisboa: Universidade Aberta-Portugal.
- (2007). *Informação e Autonomia: a mediação segundo Feuerstein*. São Paulo: Editora Senac.
- Werthein, J. (2000). A Sociedade da Informação e seus Desafios. *Ciência da Informação*, 29(2), pp. 71-77.

SOBRE AS AUTORAS

Maria Giovanna Guedes Farias: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA). Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Graduada em Comunicação Social (Habilitação: Jornalismo) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Curso de especialização em Marketing e Novas Mídias promovido pelo Umweltzentrum des Handwerkskammer Trier - Alemanha. Integra o Grupo de Pesquisa Informação e Inclusão social da UFPB, e o Grupo de Pesquisa Ciência da Informação: Cognição, Mediação e Construção do Conhecimento da UFBA, e tem experiência nas áreas de Mediação da Informação, Comunicação.

Aida Varela Varela: Professora Associado II do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. Possui Licenciatura em Letras pela Universidade Federal da Bahia; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia - FEBA; Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador UCSal; Especialização: Educação de Adultos pela University of British Columbia UBC; Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), níveis I e II, Curso LPAD, nível I e Trainer pelo International Center for the Enhancement of Learning Potential-ICELP/Jerusalém Israel; Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília; Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Foi chefe do Departamento de Fun-

damentos e Processos da Informação (DFPI), vice-diretora do ICI e vice-coordenadora do PPG-CI/UFBA. Coordena o grupo de pesquisa Ciência da Informação: Cognição, Mediação e Construção do Conhecimento, desenvolvendo atividades sobre o uso de ferramentas cognitivas, compreensão da construção do conhecimento no processo de apreensão da informação, interação e mediação cognitiva e estrutural no processo de aquisição do conhecimento. Coordenadora do GT6 do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), gestão 2012-2014.

Isa Maria Freire: Iniciou sua carreira acadêmica em 1995, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio IBICT - UFRJ. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordena a rede de projetos do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (apoio CNPq/Universal) e o Projeto Rede de cooperação e aprendizagem na Ciência da Informação (apoio Capes/Procad-NF). É Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Ancib), reeleita para o biênio 2012/2014. Editora da revista Informação & Sociedade: Estudos e editora-chefe da revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia e do blog De olho na CI. Líder do Grupo de Pesquisa Informação e Inclusão Social, certificado pela UFPB. Na pós-graduação trabalha os seguintes temas: Comunicação da informação; Competências em informação; Políticas de informação; Inclusão social; Responsabilidade social.